

A AGRICULTURA FAMILIAR EM MUNICÍPIOS SELECIONADOS DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE PRESIDENTE PRUDENTE-SP: CARACTERIZAÇÃO E INTERPRETAÇÃO¹

ROSÂNGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPANHOL
VERA MARIZA H. DE MIRANDA COSTA

RESUMO: O trabalho objetivou caracterizar a evolução e as condições de permanência da produção familiar na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente. Nessa região, não obstante o intenso processo de pecuarização ocorrido no período pós 1950, agravando a concentração fundiária e o êxodo rural, as unidades produtivas familiares desenvolveram, sobretudo no período recente, várias estratégias de reprodução social, permanecendo responsáveis por parte importante da produção agropecuária e pela absorção da maior parcela de pessoal ocupado no meio rural. Essa evolução e as novas configurações assumidas, em termos de organização, foram analisadas à luz do conceito de produção familiar, que adquiriu contornos mais definidos em meados dos anos 1990, com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

PALAVRAS-CHAVE: produção familiar; estratégias de reprodução social; PRONAF.

THE FAMILY AGRICULTURE IN SELECTED MUNICIPAL OF REGION OF PRESIDENTE PRUDENTE: CHARACTERIZATION AND INTERPRETATION.

ABSTRACT: The paper objectified to characterize the evolution and the conditions of permanence of the family production in Region of Presidente Prudente. In that area, nevertheless the intense cattle-raising process happened in the period powders 1950, worsening the concentration fundiaria and the rural exodus, the family productive units developed, above all in the period recente, several strategies of social reproduction, staying responsible for important part of the agricultural production and the absorption of the personnel's largest portion occupied in the rural way. That evolution and the new assumed configurations, that he acquired more defined contours in the middle of the years 1990, with the National Program of Invigoration of the Family Agriculture – PRONAF.

KEYWORDS: family agriculture; strategies of social reproduction; PRONAF.

1. Introdução

O interesse pelo estudo da produção familiar justifica-se pelo fato de que, diversamente do que pressupunham os estudos clássicos⁵ da questão agrária, o desenvolvimento do capitalismo no campo não provocou o desaparecimento dessas unidades produtivas. De fato, o desencadeamento de um processo de intensas mudanças, resultou, por um lado, na expropriação da terra, de parcela considerável de produtores,

¹ O presente trabalho foi extraído de Tese de Doutorado defendida em 2000, junto ao curso de Pós-Graduação em Geografia da Unesp, Campus de Rio Claro, pela primeira autora e sob a orientação da segunda, intitulado: *Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente - SP*

⁵ Lênin (1980) e Kautsky (1980) estão entre os autores que tratam da tendência à diferenciação e/ou desaparecimento do campesinato.

criando um grande contingente de excluídos do circuito produtivo; por outro, engendrou uma grande diversidade de unidades produtivas estruturadas no trabalho familiar.

O recente processo de globalização, por sua vez, ao desencadear processos de regionalização, acabou por criar oportunidades de desenvolvimento de produção *diferenciada*, em atendimento a determinados “*nichos de mercado*”. Nesse contexto ampliam-se as condições de produção da propriedade familiar que, pela sua própria definição, atua em condições de desigualdade em processos produtivos que privilegiam a produção homogênea e em grande escala, mostrando-se, porém, competitiva na produção *diferenciada e regionalizada*.

Dessa forma, tendo em vista não apenas a manutenção e persistência dessas unidades produtivas, mas sobretudo, o reconhecimento na década de 1990, tanto nos meios acadêmicos como governamentais, do papel estratégico desempenhado por essas explorações no desenvolvimento rural e regional do país, procurou-se apreender o significado e a abrangência dessas mudanças no âmbito da produção familiar de uma região determinada.

Até o início da década de 1990, essa forma de produção era identificada, sob diferentes perspectivas teóricas, como campesinato, pequena produção, agricultura de baixa renda, agricultura de subsistência, entre outras. A utilização dessa terminologia deriva do fato de que, historicamente, o modelo de desenvolvimento brasileiro privilegiou a grande exploração em detrimento da pequena, esta relegada a uma posição secundária e/ou acessória.

O final dos anos 1980 e o início da década de 1990 foram marcados pelas discussões enfocando a globalização, o neoliberalismo e seus desdobramentos perversos sobre parcela da sociedade brasileira. O processo de redemocratização e a redução da atuação do Estado brasileiro na economia podem ser apontados como fatores que contribuíram para que se agravassem problemas econômicos e sociais do país (aumento das taxas de desemprego, altos índices de inflação, ampliação da violência urbana, intensificação dos conflitos pela posse da terra, etc.), desencadeando a eclosão de movimentos organizados reivindicando, de um lado, a realização de uma reforma agrária consubstanciada na implantação de assentamentos rurais e, por outro, demandando a criação de políticas específicas direcionadas para a categoria dos produtores familiares. A atuação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), reivindicando a criação, pelo governo federal, de políticas direcionadas para atender os produtores familiares e o aparecimento de um novo personagem, o produtor assentado, têm participação decisiva nesse novo contexto. Deve-se, ainda dar destaque à tendência observada desde a promulgação da Constituição de 1988, de descentralização administrativa e financeira, abrindo espaço para políticas municipalizadas.

Influenciadas por essas mudanças, as análises enfocando, sob diferentes matizes teóricos, a produção familiar no país, procuraram captar e interpretar as alterações ocorridas no seu objeto de estudo, ao mesmo tempo em que formularam ou incorporaram novos referenciais teóricos para o entendimento dessa realidade, que se tornava cada vez mais complexa.

A investigação que deu origem ao presente trabalho e a avaliação da região estudada procurou incorporar as alterações observadas no objeto de estudo – a produção familiar – e nas abordagens teóricas que procuraram analisá-la

2. Caracterização da Área de Estudo

A área escolhida como objeto de estudo é a Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (Figura 01).

utilizando predominantemente a mão-de-obra familiar, têm sido responsáveis por parcela significativa da produção agropecuária.

A escolha desses produtores deveu-se ao fato de que, não obstante as inúmeras dificuldades enfrentadas, eles têm procurado, por meio do desenvolvimento de estratégias produtivas e não produtivas, alternativas econômicas e sociais que possibilitam sua reprodução social.

3. Objetivos da Investigação, Hipóteses, Metodologia e Fontes

Nesse contexto, constituiu-se em objetivo central da pesquisa, a apreensão das características da produção familiar na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, no período que se estende de 1950 a meados dos anos 1990. Este objetivo principal foi desdobrado em outros de caráter secundário, que implicaram: a) no resgate da gênese da produção familiar no processo de formação sócio-espacial da microrregião; b) na caracterização da importância econômica e social dessas unidades produtivas no contexto regional; c) na identificação das estratégias de reprodução social implementadas pelos produtores familiares; e) no desvendamento das articulações da produção familiar com as diferentes realidades sócioeconômicas presentes na microrregião; f) na caracterização das principais formas de representação e organização social dessa categoria de produtores no âmbito do poder local.

Foram definidas algumas hipóteses que nortearam a realização do presente trabalho, entre as quais se destacam: a) o fato da produção familiar se apresentar na atualidade, extremamente heterogênea e complexa, sendo que essas características refletem as diferentes perspectivas de um mesmo objeto e não de objetos intrinsecamente diferentes; b) essa diversidade apresentada pela produção familiar deve-se sobretudo, à sua capacidade de adaptação às diferentes realidades sócio-econômicas e políticas; e, c) o desenvolvimento de estratégias produtivas e não produtivas constituem-se elementos fundamentais para o entendimento da manutenção e/ou capitalização das unidades produtivas familiares.

O desenvolvimento do trabalho envolveu, além da pesquisa bibliográfica, levantamento, sistematização, análise e representação de dados e informações de fonte primária e secundária.

Os dados de fonte secundária foram obtidos a partir de levantamento realizado junto às seguintes publicações da FIBGE: Censos Agrícolas do Estado de São Paulo de 1950 e 1960, Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96⁶; Produção Agrícola Municipal (1990 a 1996) e Pesquisa Pecuária Municipal de 1996; Censos Demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991 e Contagem Nacional da População de 1996. Foram utilizados também os dados disponíveis para 1995/96 do Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agrícola (LUPA), realizado conjuntamente pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

Os dados e, principalmente, as informações de fonte primária, foram obtidos por meio de entrevistas realizadas, num primeiro momento, junto aos profissionais e lideranças ligadas à agricultura regional (engenheiros agrônomos responsáveis pelos Escritórios de Desenvolvimento Rural de Presidente Prudente e Presidente Venceslau e das Casas da Agricultura; dirigentes administrativos da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (CEAGESP) de Presidente Prudente; líderes das associações de produtores rurais; etc.).

⁶ Parte das informações coletadas no Censo Agropecuário do Estado de São Paulo da FIBGE para 1995/96 foram encontradas na Internet no site <http://www.sidra.ibge.gov>

A partir da coleta dessas informações, deu-se prosseguimento ao trabalho de campo por meio da realização de entrevistas junto aos produtores rurais de quatro municípios⁷ da microrregião, quais sejam: Álvares Machado, Alfredo Marcondes, Presidente Bernardes e Emilianópolis. A escolha desses municípios deveu-se ao fato de que, além de terem sido contemplados com recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF⁸, particularmente da linha de crédito de Infra-Estrutura e Serviços Municipais para o período 1997-2000, constatou-se nessas localidades, a presença marcante de unidades produtivas, que são exploradas diretamente pelo responsável e/ou por membros da família.

4. A Presença da Agricultura Familiar em Municípios Selecionados da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente

Os estabelecimentos situados nos estratos de área inferiores a 100 hectares representavam, em 1995/96, 82,9% do número total, embora ocupassem apenas 18,5% da superfície das explorações agropecuárias da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente.

Apesar da exigüidade da área ocupada por esses estabelecimentos, eles foram responsáveis em 1995/96 pelo maior volume de produção das lavouras de algodão (63,3%), amendoim (81,5%), batata-doce (90,8%), café (78,7%), feijão (57,4%), laranja (72,2%), mamona (100,0%), mandioca (85,7%), manga (74,1%), maracujá (92,1%), melancia (80,9%), tomate (89,1%) e uva de mesa (91,6%).

No que se refere ao valor da produção, constatou-se que os estabelecimentos com área inferior a 100 hectares, concentravam, em 1995/96, os mais expressivos valores das seguintes culturas: algodão (58,8%), amendoim (82,4%), batata-doce (89,1%), café (79,7%), laranja (75,7%), mamona (100,0%), mandioca (71,7%), manga (87,7%), maracujá (90,4%), melancia (66,2%), tomate (73,5%) e uva de mesa (94,9%).

Vale ressaltar que, em seu conjunto, a produção vegetal foi responsável em 1995/96 por 36,3% do valor total regional, enquanto que a produção animal deteve 63,7% do total.

Considerando a importância em termos econômicos da pecuária na microrregião, constatou-se que os estabelecimentos com área inferior a 100 hectares detiveram em 1995/96, 21,5% do efetivo bovino e foram responsáveis por 53,8% da produção regional de leite.

Quanto ao pessoal ocupado no meio rural, os estabelecimentos com área inferior a 100 hectares absorveram em 1995/96, 71,2% dos trabalhadores, sendo majoritária a

⁷ Esse procedimento de selecionar apenas quatro municípios da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente foi adotado pelo fato de possibilitar por um lado, um conhecimento mais aprofundado sobre a realidade na qual se insere a agricultura familiar e, por outro, propiciar o delineamento de algumas tendências para essa categoria de produtores frente às novas demandas impostas pelo processo de municipalização e de privilegiamento das decisões locais.

⁸ Esse programa, criado em meados dos anos 1990, foi estruturado com base na noção de gestão social, que teoricamente deveria implicar na descentralização administrativa e dos recursos financeiros, na participação e no estabelecimento de parcerias entre os governos federal, municipal e estadual. Subjacente à adoção da gestão social como base de ação do PRONAF, está presente a idéia de que, ao municipalizar a atuação do programa, os agricultores familiares e suas organizações, por meio dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, deveriam tornar-se os principais agentes do desenvolvimento local. Apesar de destinar-se especificamente aos produtores familiares, representando de certa forma, um avanço em relação a outros programas governamentais, a implementação do PRONAF apresentou uma série de problemas e distorções, que acabaram privilegiando apenas uma parcela dos agricultores familiares, ou seja, aqueles integrados ao setor agroindustrial e/ou com maior capacidade de endividamento no sistema bancário.

presença da categoria dos responsáveis e membros não remunerados da família, que corresponderam a 65,1% no conjunto da mão-de-obra utilizada.

Não obstante a importância econômica e social desses estabelecimentos, deve-se ressaltar que a utilização do critério de área (tamanho) para caracterizar a produção familiar, apresenta uma série de inconvenientes e limitações, como já apontado por vários autores⁹, encobrimo em última análise, uma realidade extremamente diversa e complexa.

Diante da diversidade de formas de produção organizadas com base no trabalho familiar presente na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, a realização da pesquisa de campo, centrada nas formas tradicionais de acesso à terra, representadas pelos proprietários e arrendatários, possibilitou a apreensão da realidade vivenciada por esses produtores familiares, contribuindo decisivamente para a análise aprofundada e a melhor compreensão dessa categoria social.

A partir dessas informações mais gerais, ficou registrada a importância atribuída por esses agentes às associações de produtores rurais¹⁰ que, não obstante as inúmeras dificuldades encontradas, têm conseguido em alguns municípios da região, não apenas aglutinar um número considerável de agricultores familiares, como também, através da participação efetiva dos associados, encaminhar via Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, demandas e propostas de soluções para os problemas enfrentados pelos produtores rurais.

Assim, constatou-se por meio das entrevistas realizadas, que um dos principais problemas enfrentados pela maioria das associações diz respeito à falta de condições econômicas para resolver os problemas encaminhados pelos associados que, desestimulados, acabam desistindo de participar das associações.

Nesse contexto, um elemento novo que tem favorecido as organizações de produtores rurais, em especial as associações, foi a implementação pelo governo federal do PRONAF Infra-Estrutura e Serviços Municipais. Isso porque, essa linha de apoio financeiro, com recursos não reembolsáveis, em parceria com as Prefeituras Municipais e os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, vem propiciando a implementação efetiva de soluções para os problemas encaminhados pelas associações locais.

Na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente foram contemplados com os recursos do programa (PRONAF) para o período 1997-2000, os municípios de Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Emilianópolis e Presidente Bernardes, objeto de estudo em profundidade do presente trabalho.

Assim, incorporando à análise da agricultura familiar, essa *nova* variável, procurou-se identificar de que forma e em que medida, as associações de produtores rurais têm levado à organização e representação dos interesses dos agricultores familiares, bem como viabilizado o desenvolvimento de estratégias de reprodução social e econômica nos municípios pesquisados.

5. Discussão e Avaliação dos Resultados

O trabalho, da forma como foi desenvolvido tornou possível a formulação de discussões e a apresentação de considerações finais em dois níveis: a) centradas na

⁹Entre os vários trabalhos que teceram críticas à utilização do parâmetro de tamanho (área, renda, valor da produção) para a identificação das unidades produtivas, destacam-se: Kageyama & Bergamasco (1989/90), Veiga (1991) e Abramovay et al. (1995).

¹⁰As associações de produtores rurais são definidas como sociedades civis sem fins lucrativos que tanto podem desempenhar funções de representação como também prestar assistência e serviços a seus associados. Suas limitações referem-se "*à impossibilidade de exercerem atividades comerciais em seu próprio nome, uma vez que estatutariamente, não têm objetivos econômicos em si. Elas podem auxiliar, reunir e representar seus associados para as compras em comum de insumos ou vendas da produção, mas os atos de compra ou venda devem ser efetivados em nome de cada associado individualmente.*" (Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, 1995, p. 11).

avaliação da agricultura familiar na região estudada; e b) tendo em vista a avaliação da operacionalidade e da capacidade explicativa da categoria *agricultura familiar*.

Considerando-se a realidade regional, constata-se que o setor agropecuário, principal elemento da dinâmica econômica regional, manteve-se, a partir dos anos 1950, estreitamente vinculado por um lado, à pecuária extensiva com fins especulativos e, mais recentemente, à expansão em bases técnicas modernas da lavoura de cana-de-açúcar realizada em grandes arrendamentos e, por outro, à exploração de lavouras tradicionais como o algodão, o amendoim, o feijão, etc., com baixo grau de integração aos setores industrial e financeiro, realizada em unidades produtivas familiares.

Com o agravamento dos problemas enfrentados por esses produtores (exaustão dos solos, baixa produtividade das culturas, baixos preços para os produtos agrícolas, dificuldades de acesso ao crédito rural, etc.) associado à intensificação da concentração fundiária, resultante da expansão das áreas de pastagens, levaram a descapitalização crescente dessas explorações familiares, resultando numa menor capacidade de absorção da força de trabalho e a conseqüente expulsão de um expressivo contingente populacional.

Para parcela desses produtores que permaneceram no campo, especialmente àqueles que detinham a propriedade da terra, algumas alternativas em termos de cultivos mais direcionados para os mercados consumidores urbanos se constituíram, a partir do final dos anos 1970. Dentre essas alternativas, se destacaram o cultivo de algumas lavouras destinadas ao processamento agroindustrial, como foi o caso do tomate rasteiro e, mais recentemente, da mandioca; de culturas destinadas aos mercados urbanos (regional e nacional) como a batata-doce, a fruticultura e a olericultura, além da própria produção de leite, estimulada pela Cooperativa de Laticínios Vale do Paranapanema (COOLVAP) - implantada em Presidente Prudente - SP - e por outras empresas que atuam na região.

Constatou-se tanto com base nos dados e informações de fonte secundária como primária, uma certa diferenciação entre os produtores familiares nos municípios pesquisados. Essa diferenciação deveu-se à presença ou não de determinados elementos nos municípios que favoreceram ou obstaculizaram a permanência e a capitalização das unidades produtivas familiares. Dentre esses elementos destacaram-se: o nível de concentração fundiária; a influência cultural de imigrantes estrangeiros; a capacidade de adaptação e de diversificação produtiva dos produtores; a possibilidade de explorar economicamente determinados *nichos de mercado*; a existência de lideranças no meio rural e apoio local (institucional ou não) à organização dos produtores rurais, via associações.

Assim, considerando essas especificidades, evidenciou-se que nos municípios de Álvares Machado e Alfredo Marcondes, as explorações familiares apresentaram melhores condições tanto em termos econômicos como sociais, resultando não apenas na simples manutenção das unidades produtivas, mas sobretudo na capitalização de parcela considerável destas. Nesse contexto, constatou-se a importância que as associações de produtores rurais assumem nos referidos municípios, como forma aglutinadora e representativa dos interesses dos agricultores junto à outras instâncias da esfera local (Prefeitura Municipal, Conselho de Desenvolvimento Rural, Casa da Agricultura, etc.). Nesse sentido, a implementação do PRONAF Infra-Estrutura e Serviços Municipais contribuiu para fornecer recursos econômicos que garantiram a resolução de alguns problemas que, cotidianamente atingiam os produtores familiares, criando melhores condições para sua inserção no mercado ou para o desenvolvimento das suas atividades.

Diferentemente dessa situação, as unidades produtivas familiares pesquisadas nos municípios de Presidente Bernardes e Emilianópolis apresentaram comparativamente às de Alfredo Marcondes e Álvares Machado condições econômicas e sociais menos favoráveis, resultando na menor capacidade de capitalização dos produtores, embora consigam garantir

a reprodução familiar. Essa situação, associada a problemas de ordem local (ingerência política, inexistência de lideranças no meio rural, experiências frustradas dos produtores em relação a outras formas de organização social, etc.) fizeram com que nos municípios de Emilianópolis e Presidente Bernardes, as associações de produtores, embora existam legalmente, não consigam efetivamente representar os interesses dos associados e, conseqüentemente, atender na prática às reivindicações dos produtores. Essa situação ficou bem caracterizada no município de Emilianópolis, enquanto que em Presidente Bernardes o maior problema enfrentado pela associação esteve relacionado à falta de participação e de envolvimento dos próprios produtores nas discussões empreendidas.

Considerando a heterogeneidade das formas de produção estruturadas no trabalho familiar, evidenciou-se a importância do desenvolvimento de estratégias visando à reprodução social dessa categoria de produtores rurais.

Assim, dentre as estratégias produtivas levantadas na pesquisa de campo, destacaram-se:

a) a diversificação produtiva das explorações, possibilitando por um lado, a inserção no mercado com mais de um produto comercial ou o cultivo de lavouras que podem destinar-se tanto ao autoconsumo como à comercialização - dependendo das condições de mercado - e, por outro, a redução dos custos de produção, em virtude do aproveitamento dos insumos industriais utilizados no cultivo das lavouras comerciais, incorporados ao solo;

b) a substituição progressiva das áreas de lavouras pelas pastagens, visando a criação de gado misto (leite e corte) que, nos moldes como vem sendo realizada, implica em menores custos de produção, já que utiliza menor quantidade de mão-de-obra e parte da alimentação do rebanho pode ser obtida na própria unidade produtiva, através do cultivo de forrageiras. Deve-se ressaltar que, embora o retorno econômico da pecuária de gado misto seja menor, ela proporciona maior liquidez e o risco implícito na atividade é menor do que aquele existente no cultivo de lavouras;

c) o emprego de trabalhadores temporários contratados para complementar o trabalho familiar em caso de insuficiência da mão-de-obra (filhos pequenos ou quando adultos, trabalhando externamente à unidade produtiva, idade avançada dos progenitores, etc.);

d) a divisão sexual das tarefas, cabendo ao homem (progenitor e/ou filho mais velho) a responsabilidade de administrar as atividades relacionadas à unidade produtiva e à mulher, caso não trabalhe fora da exploração, o cuidado com os filhos, as atividades domésticas e o trato com a horta e a criação; e,

e) a organização em torno das associações de produtores que, embora em alguns casos não tenha efetivamente contribuído para melhorar as condições dos agricultores dada à própria falta de envolvimento dos mesmos, pode constituir-se num espaço privilegiado de representação dos interesses dos agricultores, levando à discussão e ao apontamento de alternativas frente aos problemas enfrentados.

Dentre as estratégias não produtivas observadas na pesquisa de campo destacaram-se:

a) o maior grau de escolarização dos filhos dos agricultores, visando sua inserção ao mercado de trabalho urbano;

b) o recurso ao assalariamento temporário em atividades rurais (tratorista, diarista, etc.) ou de parte dos membros da família em atividades urbanas como forma de complementar a renda do grupo familiar;

c) a importância da aposentadoria rural como garantia de renda mínima, especialmente para aqueles produtores mais idosos e que já não dispõem integralmente da força-de-trabalho.

Não obstante o desenvolvimento dessas estratégias, constatou-se na pesquisa de campo que, aqueles produtores familiares que procuraram novas alternativas em termos de cultivo, como a fruticultura e a horticultura, e/ou a criação, como a avicultura e a pecuária mista (corte e leite), apresentaram-se em situação sócioeconômica melhor do que os produtores que insistem em continuar cultivando apenas lavouras tradicionais como o algodão, o amendoim, o feijão, etc.

Diante dessa realidade, pode-se afirmar que as hipóteses que nortearam o desenvolvimento do trabalho, não apenas foram confirmadas, como também possibilitaram a identificação de interrelações existentes entre as diferentes perspectivas teóricas acerca da produção familiar e as unidades produtivas estudadas. Nesse sentido, foi fundamental também, a introdução de alguns *novos* elementos na análise, como as associações de produtores rurais e o processo de municipalização da agricultura, que propiciaram uma melhor apreensão da realidade regional.

Assim, permanecendo as atuais tendências no âmbito institucional, em termos de privilegiamento das organizações coletivas (associações ou cooperativas), constata-se a importância fundamental da mobilização e da participação ativa dos agricultores nessas formas de representação, as quais podem garantir melhores condições de enfrentamento dos problemas que afetam a agricultura regional, como a insuficiência de crédito rural, os altos custos de produção, a grande presença da intermediação comercial, entre outros.

Nesse sentido, o próprio desenvolvimento da agricultura - sobretudo da olericultura - em bases orgânicas, destinada a determinados *nichos de mercado* poderia se constituir em importante alternativa para o segmento familiar, diante das exigências ambientais e das possibilidades abertas pelo mercado globalizado.

Outro aspecto importante a destacar na região refere-se a importância que as atividades não-agrícolas, como os pesque-pagues, vem desempenhando no meio rural, criando novas possibilidades em termos econômicos e sociais para os produtores familiares.

Quanto à avaliação da utilização, na década de 1990, da categoria de análise *agricultura familiar* para designar genericamente as unidades produtivas, nas quais a terra, os meios de produção e o trabalho encontram-se estreitamente vinculados ao grupo familiar, cabe ressaltar que essa utilização deve ser apreendida como um reflexo das alterações recentes ocorridas na agricultura brasileira que, em última análise, levaram à valorização do segmento familiar. Nesse sentido, as categorias de análise até então utilizadas para caracterizarem essas unidades de produção, como campesinato, pequena produção, agricultura de subsistência, produção de baixa renda, entre outras, perderam seu poder explicativo, favorecendo a emergência de novas concepções teóricas consubstanciadas na categoria *agricultura familiar*.

De fato, as mudanças ocorridas na agricultura brasileira, especialmente no período pós-1960, refletiram-se diretamente nessas formas de produção estruturadas a partir de relações familiares, levando-as a um intenso processo de diferenciação social. Em decorrência desse fato, passou a coexistir, no campo brasileiro, uma grande diversidade de unidades produtivas que, embora apresentando significativas diferenças, em termos econômicos, sociais, políticos e culturais, têm em comum o fato de que a terra e o trabalho encontram-se intrinsecamente vinculados à família.

No âmbito acadêmico, o reconhecimento da importância da produção familiar e a intensificação dos debates sobre essa temática deveu-se, também, à incorporação dessa nova categoria de produtores familiares, representada pelos assentados rurais e, à constatação, por meio de análises empíricas de que, diferentemente do que pressupunham

estudos clássicos da questão agrária, o aprofundamento do capitalismo no campo não provocou o desaparecimento das unidades produtivas familiares.

A partir dessas contribuições, as análises realizadas nos anos 1990, passaram não apenas a ressaltar a capacidade de adaptação dessas unidades produtivas às diferentes realidades sócio-econômicas e políticas, mas a valorizarem o desenvolvimento de estratégias produtivas e não produtivas visando à reprodução social dessa categoria de produtores.

Dessa forma, a utilização da categoria agricultura familiar, entendida como aquela em que a terra e o trabalho estão intimamente vinculados ao grupo familiar, possibilita que se proceda à contraposição em relação às categorias de análise (campe sinato, pequena produção, agricultura de baixa renda, produção de subsistência, etc.), utilizadas em momentos anteriores aos anos 1990. Isso porque, na medida em que se enfatiza o caráter familiar dessas unidades produtivas, procura-se relativizar a questão do tamanho da exploração, o desempenho econômico ou o destino dado à produção. Nesse sentido, enfatiza-se o fato da unidade de produção estar estruturada sob a gestão da família, que também é responsável por suprir a maior parcela da força de trabalho empregada, ressaltando a importância das estratégias de reprodução social desenvolvidas por essa categoria de produtores.

No âmbito institucional, a mudança de perspectiva em relação à produção familiar ocorreu em consequência das pressões políticas e sociais, internas e externas ao país, junto ao governo federal e que levaram à valorização dessa forma de produção como protagonista do desenvolvimento rural. Nesse sentido houve, a partir de meados dos anos 1990, a implementação de políticas destinadas ao fortalecimento e à dinamização dessas unidades produtivas familiares, ganhando destaque na esfera governamental, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

6.Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo et al. (1995) Novos dados sobre a estrutura social do desenvolvimento agrícola no Estado de São Paulo. *Reforma Agrária*, Campinas, v. 25, nº 2-3, p. 142-66.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE). *Censos Agrícolas do Estado de São Paulo de 1950 e 1960*. Rio de Janeiro: FIBGE.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE). *Censos Agropecuários do Estado de São Paulo de 1970, 1980, 1985 e 1995/96*. Rio de Janeiro: FIBGE.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE). *Censo Agropecuário do Estado de São Paulo de 1995/96*. Rio de Janeiro: FIBGE, 1999. <http://www.sidra.ibge.gov.br>
- HESPAÑHOL, Rosângela Ap. de Medeiros (2000). *Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente*. Rio Claro, 2000. 354 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista.
- KAGEYAMA, Ângela; BERGAMASCO, Sonia M.P.P. (1989/90) A estrutura de produção no campo em 1980. *Perspectivas*, São Paulo, nº 12-13, p. 55-72.

-
- KAUTSKY, Karl .(1980). *A questão agrária*. São Paulo: Proposta Editorial.
- LÊNIN, Vladimir H. (1980). *Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América: novos dados sobre as leis do desenvolvimento do capitalismo na agricultura*. São Paulo: Brasil Debates.
- SÃO PAULO (Estado). (1995) Secretaria da Agricultura e Abastecimento. *Organização de associações*. 4ª edição rev. aum. São Paulo: Instituto de Cooperativismo e Associativismo, 1995. 38 p. (Orientação, 16) (1ª edição: 1985).
- SÃO PAULO (Estado) (1997). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. *Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agrícola do Estado de São Paulo – LUPA*. São Paulo: SAA/IEA/CATI, 4 volumes.
- VEIGA, José Eli da. (1991). *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: EDUSP/Hucitec (Estudos Rurais, 11